

O benefício da venda direta implica, por certo, na proibição de venda para terceiros em prazo inferior a 12 (doze) meses, conforme estabelecido no Convênio ICMS 67/18, sob pena de os contribuintes que realizam a venda antes do referido prazo se sujeitarem ao pagamento normal do ICMS.

A restrição de comercialização acima informada, todavia, não tem sido respeitada pelas MEs e EPPs quando adquirem o carro com desconto de CNPJ e revendem o veículo como "zero" antes do término do prazo de 12 (doze) meses, estabelecido no Convênio ICMS 67/18. Isso tem ocorrido sem o necessário recolhimento do ICMS, que deveria ser fiscalizado pela autoridade de trânsito, ante a previsão de anotação desta exigência nas observações do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV).

Cumprе ressaltar ainda, outra infração cometida por tais empresas no que tange ao primeiro emplacamento dos veículos, o qual tem sido realizado diretamente pelas Prefeituras que realizaram a licitação, e não pelas MEs e EPPs que os adquiriram (para uso próprio), caracterizando a transferência direta do veículo ao comprador **sem pagamento do ICMS**.

Diante do exposto o **SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS DE MINAS GERAIS**, requer que o **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS** tenha ciência acerca das irregularidades ora elencadas e tome as providências internas cabíveis. Uma forma de evitar estes problemas é exigir a transcrição no campo observações do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) que a venda antes do prazo de 12 (doze) meses somente será possível com a apresentação do documento de arrecadação do ICMS.

Na expectativa de um pronunciamento favorável,

Atenciosamente,

SINDICATO **DOS**
CONCESSIONÁRIOS **E**
DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS
DE MINAS GERAIS